

Senado não vota MP 399, que perde validade

O governo tentou votar medida sobre créditos extraordinários, mas não obteve quórum. Romero Jucá afirmou que Congresso deverá convalidar créditos já utilizados. **Página 2**

Congresso mantém 74 vetos presidenciais

Votação é retomada depois de mais de dois anos sem deliberar sobre rejeição do Executivo a propostas aprovadas pelo Legislativo

Delegado diz que falta de leis dificulta combate à pedofilia

Carlos Eduardo Sobral afirmou, na CPI, que falta de legislação que regula o serviço de internet no país é obstáculo para a repressão à pedofilia.

Página 8

João Araújo



Garibaldi Alves (*sentado*) preside a sessão do Congresso Nacional que deliberou sobre os vetos para os quais havia consenso

País investe pouco em pesquisa para encontrar petróleo

A possibilidade de o Brasil achar novos campos de petróleo é limitada pelo baixo investimento em pesquisa. Foi o que disse o presidente da ANP, Haroldo Lima, em debate na CI. **Página 6**

Os senadores e deputados debruçaram-se sobre uma cédula de votação com os 74 itens vetados em 19 projetos. Durante a sessão, o presidente do Senado, Garibaldi Alves – que incluiu a deliberação sobre essas matérias entre as prioridades do seu mandato –, fez a leitura de 15 novos vetos encaminhados ao Legislativo pelo presidente da República. Garibaldi frisou que a Constituição determina que, uma

vez lidos em Plenário, os vetos devem ser apreciados em sessão conjunta do Senado e da Câmara em 30 dias. Além dos que foram lidos, o Congresso precisará apreciar cerca de 900 outros vetos. O líder do PSDB, Arthur Virgílio, afirmou que a votação iniciada ontem representa “uma conquista”, enquanto o senador Valter Pereira ressaltou que “o Congresso saiu de um sono profundo, que parecia um sono comatoso”. **Página 5**

Dornelles propõe IVA Nacional em reforma tributária

Francisco Dornelles apresentou relatório em que propõe a criação do IVA Nacional, nele incluindo o ICMS. As receitas seriam partilhadas entre União e estados. **Página 4**

José Cruz



Haroldo Lima (*à esq.*, com Delcídio Amaral): áreas estão sem prospecção

Clonagem de animais precisa de lei própria

Especialistas convidados pela CCT pedem regulamentação de pesquisa para clonagem de animais, prevista em projeto da senadora Kátia Abreu. **Página 6**



Dornelles (*D*), Tasso Jereissati e Aloizio Mercadante

Proposta que adia para 30 de junho prazo previsto no Estatuto das Cidades é aprovada na Comissão de Desenvolvimento Regional e segue para exame da CAE

Municípios poderão ter prazo maior para elaborar plano diretor

A Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) aprovou a proposta que prorroga, até 30 de junho próximo, o prazo para elaboração dos planos diretores das cidades com mais de 20 mil habitantes, exigência prevista no Estatuto das Cidades. A matéria (PLS 93/06) segue para exame da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

De acordo com o relator, Gim Argello (PTB-DF), 25% dos municípios incluídos na exigência ainda não concluíram seus planos diretores, embora o prazo inicial se encerraria em outubro de 2006. Argello alertou quanto à necessidade de elaboração dos planos, indispensáveis para que as cidades possam receber mais recursos federais para investir em seu desenvolvimento urbano.

O autor do projeto, Flexa Ribeiro (PSDB-PA), atribuiu à alternância de poder nas prefeituras



Comissão também aprova projeto que cria área de livre comércio no Rio Grande do Sul

o atraso na elaboração dos planos diretores. O senador lamentou o fato de o projeto não abranger municípios com menos de 20 mil habitantes, observando que um bom planejamento das cidades, mesmo nas de pequeno porte, evitaria os problemas crônicos de trânsito e de ocupação urbana.

A CDR também aprovou outro parecer favorável de Gim Argello,

apresentado ao PLS 358/07, de Sérgio Zambiasi (PTB-RS), que cria área de livre comércio em Santana do Livramento (RS). A proposta segue para a CAE. A presidente da CDR, Lúcia Vânia (PSDB-GO), observou ser necessário mobilizar a iniciativa privada para a efetivação das zonas de processamento de exportação (ZPEs).

José Cruz

Leopoldo Silva



A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) recebeu delegação do Parlamento Valão da Bélgica, chefiada pelo seu presidente, José Happart, e o embaixador do país no Brasil, Johan Ballegeer, para trocar informações sobre o funcionamento das Casas legislativas e como se processam as eleições.

– Temos muito que dizer. Temos modelos que seriam úteis à Bélgica e a outros países – disse o presidente da CCJ, senador Marco Maciel (DEM-PE).

MP perde validade e decreto do Congresso vai convalidar créditos

Por não ter sido votada pelo Senado até ontem, perdeu validade a medida provisória (MP 399/07) que abriu créditos extraordinários de R\$ 456,6 milhões em favor da Presidência da República e dos ministérios dos Transportes, da Integração Nacional e do Meio Ambiente. O governo tentou votar a MP anteontem à noite, mas não houve quórum.

O líder do governo no Senado, Romero Jucá (PMDB-RR), afirmou que agora o Congresso terá de aprovar um decreto convalidando os créditos já utilizados.

– O que foi empenhado será gasto. A parte que não foi empenhada não poderá mais ser gasta – explicou Jucá.

A medida provisória foi editada em outubro de 2007 e destinava verbas, entre outras finalidades, para que o Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes executasse obras de recuperação e conservação na BR-174, em Mato Grosso. Havia ainda dinheiro para socorro a populações do semi-árido afetadas pela estiagem.

Já a Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca ficaria com verbas para indenizar proprietários que entregassem voluntariamente redes de espera do tipo caçoira e compressores de ar, métodos predatórios de captura da lagosta. As redes provocam danos às áreas onde vivem as lagostas, afetando os estoques do crustáceo.

Governo evita MP para reajustar salário de servidor

Eduardo Suplicy (PT-SP) informou que o ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, deve encaminhar ao Congresso, como projeto de lei em vez de medida provisória, a proposta de reajuste dos servidores federais. Ele lembrou que a iniciativa atende aos apelos da oposição e também do presidente do Senado, Garibaldi Alves Filho.

O senador disse ter apresentado pedido de informações ao minis-



Gerardo Magalhães

Reajuste de servidor será enviado em forma de projeto e não de MP, anuncia Suplicy

tro da Defesa, Nelson Jobim, para saber se militares brasileiros que frequentam a Escola de Infantaria de Fort Benning, do Exército americano, “estariam aprendendo procedimentos de tortura”.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário tem sessão não-deliberativa

A sessão do Senado, às 9h, é não-deliberativa, destinada apenas a pronunciamentos de senadores. Entre os inscritos para discursar, estão Romeu Tuma (PTB-SP), Heráclito Fortes (DEM-PI) e Flexa Ribeiro (PSDB-PA).

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Garibaldi Alves Filho

1º Vice-Presidente: Tião Viana

2º Vice-Presidente: Alvaro Dias

1º Secretário: Efraim Moraes

2º Secretário: Gerson Camata

3º Secretário: César Borges

4º Secretário: Magno Malta

Suplentes de Secretário: Papaléo Paes, Antônio Carlos Valadares, João Claudino e Flexa Ribeiro

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyrá

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios

Diretora de Jornalismo: Maria da Conceição Lima Alves

Diretor do Jornal do Senado: Davi Emerich (61) 3311-3333

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, João Carlos Teixeira, José do Carmo Andrade e Juliana Steck

Diagramação: Henrique Eduardo Lima de Araújo e Iracema F. da Silva

Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquéias D. de Moraes

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima

Arte: Cirilo Quartim

Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

AGÊNCIA SENADO

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327

Chefia de reportagem: Denise Costa e Moisés de Oliveira (61) 3311-1670

Edição: Maria Lúcia Sigmarina e Rita Nardelli (61) 3311-1151
O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte. Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações
www.senado.gov.br/jornal | jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61-2211 - Fax: (61) 3311-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar – 70165-920 Brasília (DF)

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por Garibaldi Alves, Mozarildo Cavalcanti, Mão Santa e Alvaro Dias



Para Heráclito, Dilma é a responsável pelos gastos com cartões corporativos

Heráclito: culpada ou não, ministra deve explicações

A ministra-chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, “pode não ter culpa, mas é a responsável” pelos gastos com cartões corporativos, afirmou Heráclito Fortes (DEM-PI). Por isso, segundo o senador, ela deve comparecer à CPI dos Cartões para dar explicações. Ele considerou “deplorável o tumulto” ocorrido quarta-feira na reunião da comissão mista, quando a oposição tentou aprovar requerimento convocando a ministra para depor.

Heráclito considera inaceitável que a ministra tenha telefonado para a ex-primeira-dama Ruth Cardoso para falar do vazamento de dados sobre os gastos da Presidência no governo Fernando Henrique Cardoso e não aceite fazer o mesmo com o Congresso. Ele sustentou que “o tumulto promovido na CPI faz parte de uma estratégia de desmoralização” do Congresso por parte do governo Lula. O presidente da República tem procurado, segundo Heráclito, fazer o mesmo com o Judiciário, que ficaria tolhido para impedir que Lula “faça campanha eleitoral usando como desculpa as obras do PAC”.

Em apartes, Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE) apoiou o discurso, Almeida Lima (PMDB-SE) defendeu a inocência da ministra e Sérgio Guerra (PSDB-PE) anunciou que seu partido deve se aliar ao Democratas em uma ação na Justiça Eleitoral contra o presidente Lula.

Homenagem ao Estado de Minas

O Plenário aprovou ontem requerimento de Eduardo Azeredo (PSDB-MG) que adia de 9 para 10 de abril a homenagem aos 80 anos de fundação do jornal *Estado de Minas*, transcorridos no último dia 7 de março.

A homenagem ao jornal, publicado diariamente em Belo Horizonte, foi pedida pelo próprio Azeredo.

A corrida pela sucessão de Lula está começando muito cedo, na opinião do presidente do Senado, que sugere quebra de sigilos dos cartões como forma de acabar com “celeuma”

Clima antecipado de campanha prejudica o governo, diz Garibaldi

A respeito das declarações que o presidente Lula vem fazendo com previsões sobre os resultados favoráveis ao candidato do governo nas eleições de 2010, o presidente do Senado, Garibaldi Alves, disse que “o melhor para o governo seria continuar a governar sem esse clima”.

– Eu acho que a campanha está começando muito cedo. E, naturalmente, quem for provocado vai ter que responder à provocação. Eu não acho que o clima de campanha política deva se instalar agora – afirmou.

Garibaldi foi informado de que o senador Arthur Virgílio (PSDB-AM), junto com os deputados Paulo Renato e Raul Jungmann, estava indo ao Palácio do Planalto apresentar um *habeas data* destinado a abrir o sigilo de suas despesas quando foram ministros de Fernando Henrique Cardoso.

– Acho que esse clima de radicalização não interessa nem ao Legislativo nem ao Executivo. Acho que nós devíamos deixar a eleição de 2010 para 2010. Eu já dei a minha opinião. Acho que o governo, para acabar essa celeuma toda, deveria abrir o sigilo dos cartões. Mas eu sou presidente do Congresso, não faço parte do governo – comentou.

Devolução

Sobre a possibilidade de devolver ao Palácio do Planalto medida provisória que dispensa de licitação a venda de propriedades

rurais no Amazonas com até 15 módulos fiscais, Garibaldi destacou que “não há fundamentação jurídica para que um presidente do Congresso possa devolver uma MP. Há, sim, a hipótese de uma comissão do próprio Poder Legislativo fazer isso”.

– Acontece que o Poder Legislativo não vem cumprindo seu dever de constituir, instalar e fazer funcionar essa comissão.

Referindo-se à comissão especial criada na Câmara dos Deputados para examinar a proposta de emenda à Constituição (PEC) que muda o rito de tramitação das medidas provisórias, o presidente do Senado acrescentou:

– Por isso é que nós estamos buscando outra maneira de fazer com que medida provisória que não for nem importante nem ur-

gente possa ser devolvida, possa ser rejeitada.

Garibaldi também comemorou o fato de o Congresso ter começado a deliberar sobre os vetos, e informou que acabam de chegar mais 15 vetos presidenciais ao Legislativo.

– Os vetos velhinhos estão sendo votados primeiro, mas os mais novos, que provocarão alguma polêmica, já estão vindo por aí.

Para dar fim aos mais de 900 vetos que aguardam votação, o presidente do Senado comunicou que haverá sessão conjunta do Congresso toda semana.

– É uma corrida contra o tempo, é um número de vetos muito grande. Se não fizermos toda semana uma sessão de vetos, não vamos chegar nem perto de terminar com isso.



Segundo Garibaldi, “radicalização não interessa nem ao Legislativo, nem ao Executivo”

Mesa pedirá informações sobre carro usado por Dirceu

Requerimentos de informações destinados a diferentes organismos públicos foram aprovados ontem, em reunião da Mesa diretora do Senado. Entre eles, um que pede informações à embaixada do Brasil em Madri sobre a disponibilização de um carro para o ex-ministro José Dirceu.

A informação foi dada, ao final da reunião, pelo 2º vice-presidente da Casa, Alvaro Dias (PSDB-PR), segundo o qual muitos dos requerimentos aprovados, de autoria de diversos senadores, pediam informações sobre gastos do governo com cartões corporativos.

O senador também informou que, na reunião, César Borges

(PR-BA) propôs o arquivamento do requerimento de informações apresentado por Alvaro sobre os gastos com cartões corporativos da Presidência da República. Como relator, César Borges argumentou que, tendo o Tribunal de Contas da União (TCU) realizado auditoria sobre esses gastos e remetido ao Senado tal levantamento, o requerimento estava, de forma indireta, atendido.

Alvaro alegou contudo que, como não teve acesso ao resultado dessa auditoria do TCU, preferia que se sobrestasse o arquivamento até que ele examinasse os documentos enviados ao Senado pelo tribunal – o que foi aceito pela Mesa.

Na mesma reunião, o 2º vice-presidente pediu o registro em ata de sua manifestação sobre “o desrespeito do Poder Executivo para com os requerimentos de informações enviados pelo Senado”. Em sua opinião, esses requerimentos são atendidos com atraso, ou não são sequer atendidos.

– O meu requerimento, por exemplo, que tinha o sentido de defender as prerrogativas do Senado, hoje, mais do que as informações requeridas, objetiva reagir à usurpação dessa prerrogativa, que é constitucional e cujo desrespeito implica crime de responsabilidade por parte das autoridades do Executivo – afirmou Alvaro.



Virgílio lembra que, acusado de corrupção, Severino renunciou à Presidência da Câmara

Líder do PSDB critica Lula por defender Severino Cavalcanti

Os comentários feitos pelo presidente Lula, no Recife, sobre o ex-deputado Severino Cavalcanti (PP-PE), foram criticados por Arthur Virgílio (PSDB-AM). Segundo o senador, Lula afirmou que a eleição de Severino para presidir a Câmara dos Deputados em 2005 foi viabilizada pelo apoio da oposição, que depois o teria derrubado pelo fato de ele não se posicionar contra o governo. Virgílio lembrou que o ex-deputado renunciou em meio a acusações de que teria extorquido um empresário.

O senador também criticou Lula por sugerir ao governo norte-americano tomar como modelo o Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional (Proer). Segundo Virgílio, antes de chegar à Presidência, Lula dizia que o Proer só atendia aos interesses dos banqueiros.

Virgílio requer dados sobre suas despesas quando foi ministro

O líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), protocolou no Palácio do Planalto dois documentos para obter acesso a dados sobre despesas do gabinete pessoal da Presidência da República – o que inclui o período em que ele foi ministro-chefe da Secretaria Geral da Presidência.

No primeiro documento, destinado ao presidente Lula, Virgílio pede informações sobre despesas efetuadas pelo gabinete pessoal da Presidência da República de 1998 até hoje. O pedido inclui os gastos efetuados por cartão corporativo e outros mecanismos, independentemente do caráter reservado. No outro, para a ministra Dilma Rousseff, o senador solicita informações discriminadas das despesas realizadas com cartão corporativo ou suprimento de fundos quando ele exerceu o cargo de ministro-chefe (novembro de 2001 a abril de 2002).

Senador lembra que uma empresa no Brasil gasta 2.600 horas por ano para cumprir obrigações tributárias, contra 200 horas/ano nos países desenvolvidos

Dornelles defende IVA Nacional em proposta alternativa

Francisco Dornelles (PP-RJ), relator da Subcomissão Temporária de Reforma Tributária, apresentou ontem versão preliminar de relatório com sugestões de mudanças no sistema tributário brasileiro. O senador propõe a criação do Imposto Nacional sobre Valor Adicionado (IVA Nacional), nele incluindo o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). As receitas oriundas do novo tributo serão compartilhadas entre União, estados e Distrito Federal.

A inclusão do ICMS na base ampla do IVA Nacional é uma das diferenças fundamentais entre a proposta do senador e a solução adotada pelo governo em seu modelo de reforma tributária, encaminhado em fevereiro ao Congresso. A opção do governo foi pela preservação do ICMS, embora defenda a fusão das 27 legislações estaduais sobre o imposto.

Dornelles explicou que sua intenção foi sugerir a construção de um novo sistema tributário, e não somente propor uma reforma. Disse, ainda, que não teve a pretensão de entregar um modelo acabado, mas alinhar os pontos mais relevantes para o início da discussão. O objetivo central,

conforme assinalou, será melhorar a qualidade da tributação no país – sobretudo com a simplificação do sistema – para reduzir os custos do cumprimento das obrigações fiscais indiretas que recaem sobre as empresas, classificadas de “custos invisíveis”.

– O Brasil é campeão mundial nesse quesito e com larga folga sobre os outros países – disse.

Custo em horas

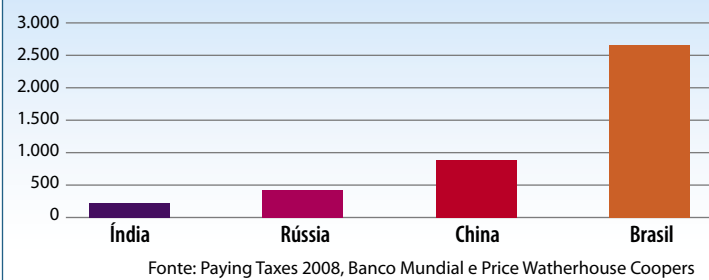
Dornelles citou estudo do Banco Mundial indicando que uma empresa padrão gasta no Brasil 2.600 horas por ano para cumprir as obrigações tributárias. Observou que, da amostra de 177 países, somente em 23 são exigidas mais de 500 horas, anualmente, para essas obrigações. Em contraste, o custo ficaria abaixo de 200 horas/ano nos países mais desenvolvidos.

Para reduzir essa parcela de custos, ele propõe a fusão de vários tributos existentes, acompanhada da extinção de diversas contribuições sociais. O IVA Nacional passaria a incorporar, entre outros, os seguintes tributos: Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide), Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins),



Dornelles (D) apresenta relatório; a seu lado, Tasso Jereissati e Aloizio Mercadante

Comparação do número de horas gastas, nos quatro principais países emergentes, para cumprir obrigações tributárias



Salário-Educação e Programa de Integração Social (PIS).

Ainda no IVA Nacional entrariam as receitas do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (Fust) e o Fundo Tecnológico para o Desenvolvimento das Telecomunicações (Funttel). O Imposto de Renda, por sua vez, incorporaria a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL). O senador também propõe criação de um único imposto sobre a propriedade imobiliária, a partir da fusão do Imposto Predial e

Territorial Urbano (IPTU) e o Imposto Territorial Rural (ITR), atribuído aos municípios.

Quanto ao Imposto sobre Serviços (ISS), de competência municipal, a opção foi por mantê-lo inalterado, fora da base ampla do IVA Nacional e de regime não cumulativo. Segundo Dornelles, essa fusão poderá ser adotada no futuro, tendo como contrapartida a transferência das receitas derivadas do Simples, regime de cobrança simplificada de tributos para as pequenas empresas que ele também preserva.

Jereissati afirma que relatório não confronta governo

Presidente da Subcomissão Temporária de Reforma Tributária, o senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) afastou o propósito de confronto na iniciativa do colegiado de apresentar um modelo alternativo de reforma tributária para o país no momento em que a Câmara dos Deputados começa a analisar a proposta que o governo encaminhou ao Congresso em fevereiro passado.

– É um passo a mais que o Senado dá, com o objetivo de amadurecer a discussão, para que o processo seja célere e competente quando o projeto [do governo] aqui chegar – justificou.

Já o presidente da CAE, senador Aloizio Mercadante (PT-SP), elogiou o “sentido proativo” do projeto alternativo. Na sua visão, o Senado mostra, com

essa proposta, seu interesse pela reforma tributária e amadurece suas concepções. Entretanto, mostrou preocupação com a sugestão de Dornelles de incluir as contribuições no rol dos impostos – desse modo, quando criadas, elas ficarão submetidas ao princípio da anualidade (instituição no ano anterior, pelo menos 90 dias antes da vigência) e terão suas receitas compartilhadas com estados e municípios.

– Eu pergunto se isso não compromete a capacidade de arrecadação da União, quando ainda persistem problemas fiscais que se acumularam há longo tempo – questionou.

O senador Arthur Virgílio (PSDB-AM) elogiou o cuidado do relator em criar mecanismos para preservar a Zona Franca de

Manaus. Conforme argumentou, esse compromisso não está explicitado na proposta do governo – ao tratar do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), Dornelles manteve a diferenciação nas alíquotas do tributo, o que favorece as operações para as empresas instaladas nesse pólo industrial. O senador Delcídio Amaral (PT-MS) acredita que a proposta da subcomissão estabelece uma agenda positiva no Congresso.

João Tenório (PSDB-AL) também ressaltou o cuidado do relator em formular uma proposta abrangente, mas cobrou, ao lado das medidas para simplificar o sistema, mecanismos para efetiva redução da carga tributária. Participaram também dos debates os senadores Neuto de

Conto (PMDB-SC), Flexa Ribeiro (PSDB-PA) e Eduardo Suplicy (PT-SP).

Audiências

Os debates sobre o sistema tributário começaram a ser feitos pela subcomissão em abril de 2007. Desde então, houve oito audiências públicas. O governo federal foi representado pelo secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda, Bernardo Apy, que participou de três debates.

Governadores e prefeitos das capitais participaram por meio de seus secretários de Fazenda, enquanto os pequenos municípios foram representados pela Confederação Nacional de Municípios (CNM). A subcomissão também convidou economistas e juristas para discutir o assunto.

Os critérios para distribuição dos impostos

O IVA Nacional defendido no relatório de Francisco Dornelles terá suas receitas compartilhadas entre União, estados e Distrito Federal sem que os recursos passem pelos cofres do Tesouro estadual responsável pela cobrança.

O estado que efetuar a cobrança reterá uma pequena parte da arrecadação, como estímulo à fiscalização. Porém, a maior parcela das receitas – excluídos os recursos da União – será distribuída entre os estados de acordo com o índice de participação relativa de cada um no consumo final de bens e serviços. Esse índice é apurado periodicamente pelo IBGE.

Dornelles não define alíquotas de tributos. No caso do IVA Nacional, ele propõe que os valores sejam fixados por lei complementar, a partir de proposta do Executivo. Caberia ao Senado fazer o enquadramento do conjunto de produtos e serviços nas alíquotas – em torno de oito, conforme estima Dornelles.

As porcentagens das quotas federal e estadual seriam calculadas a partir da receita atual que for incorporada ao bolo do IVA Nacional. Os municípios vão manter a quota de 25% da receita estadual decorrente do rateio do IVA Nacional.

Nos três primeiros anos do novo tributo, a quota-parte estadual será estipulada com base na atual participação de cada estado na arrecadação de ICMS. Um fundo de compensação com receitas federais irá suprir eventuais perdas na mudança da distribuição da quota-parte estadual.

Transparência

Dornelles recomenda que sejam definidas por lei complementar regras para garantir ampla transparência quanto aos tributos cobrados. A idéia é assegurar ao contribuinte o direito de saber quanto está transferindo aos governos em cada transação.

O senador propõe também a extinção do Imposto sobre Grandes Fortunas, previsto na Constituição de 1988, mas nunca instituído. Segundo ele, a existência desse imposto é uma “aberração”, pois considera que só existem duas bases de tributação, a renda e o patrimônio, sobre os quais já incidem outros impostos – na atualidade, o Imposto de Renda, além do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) e do Imposto Territorial Rural (ITR).

PSOL apresenta uma proposta de reforma tributária

O líder do PSOL no Senado, José Nery (PA), anunciou que seu partido vai defender uma solução alternativa para a reforma tributária. Ele apresentou quatro projetos de lei e um de lei complementar que compõem a proposta do PSOL. De acordo com o senador, também será apresentada uma proposta de emenda à Constituição. Os mesmos textos serão protocolados pelos deputados do partido na Câmara.

– Em vez de tributar o consumo e a renda dos trabalhadores, seria fundamental tributar o lucro das grandes empresas, do setor financeiro, de terras e das fortunas e acabar com isenções fiscais que privilegiam poderosos interesses – afirmou.

José Nery explicou que o PSOL defende a taxação de produtos semi-elaborados destinados à exportação, enquanto a proposta do governo os isenta.

Para o senador, a matéria do Executivo, em tramitação na Câmara (PEC 233/08), só é positiva por trazer o assunto ao debate. Ele disse que o partido optou por oferecer outra proposta, diferente daquela que a Subcomissão Temporária de Reforma Tributária apresentou, por entender que ela tampouco abrange “aspectos fundamentais” para uma reforma tributária justa.

– Temos que combater a concentração de recursos na União e lutar por sua descentralização porque boa parte das políticas públicas são atribuição de estados e municípios – assinalou.

José Nery acredita que há um “falso consenso” sobre a matéria, e que as discordâncias aparecerão no confronto das diferentes propostas. Segundo ele, o Congresso deve se esforçar para votar a reforma ainda em 2008.



Concentração de tributos na União é criticada pelo líder do PSOL, José Nery



Arthur Virgílio (PSDB-AM) elogiou a sessão destinada à votação de vetos. Na opinião do parlamentar, trata-se de “uma conquista a ser creditada ao espírito democrático do presidente [do Senado] Garibaldi e também à pressão e ao inconformismo das oposições”.



Valter Pereira (PMDB-MS) cumprimentou a Comissão Diretora do Congresso pela sessão que deliberou sobre os vetos. O senador afirmou que a manhã de ontem foi “memorável”, em que o Congresso Nacional “saiu de um sono profundo, que parecia um estado comatoso”.



Expedito Júnior (PR-RO) pediu ao presidente do Senado, Garibaldi Alves, que interceda junto ao presidente da Câmara em favor da apreciação, naquela Casa, da proposta de emenda à Constituição que transfere para a União servidores do ex-território de Rondônia.

Congresso mantém 74 vetos presidenciais

Parlamentares decidiram apenas sobre itens consensuais. Resultado da apuração saiu no início da noite

Os senadores e deputados federais mantiveram todos os 74 vetos presidenciais analisados ontem em sessão conjunta do Congresso Nacional. O resultado da votação, apurado pela Secretaria Especial de Informática do Senado (Prodasen), foi anunciado no início da noite, no final da sessão deliberativa do Senado.

Havia pouco mais de dois anos que o Congresso não deliberava sobre vetos presidenciais a projetos de lei aprovados pelo Legislativo. A votação de ontem foi o início de um esforço para desbasta uma extensa lista. Parlamentares debruçaram-se sobre uma cédula de votação com 74 itens vetados – todos

considerados consensuais – em 19 projetos.

Durante a sessão do Congresso, o presidente do Senado, Garibaldi Alves – que preside também o Congresso e incluiu a análise dos vetos entre as prioridades de seu mandato – fez a leitura de 15 novos vetos encaminhados ao Legislativo pelo presidente da República. O senador frisou que a Constituição determina que, uma vez lidos em Plenário, os vetos devem ser apreciados em sessão conjunta do Senado e da Câmara em 30 dias.

– Se não fizermos isso, vamos ter a repetição do mesmo problema que estamos enfrentando, que é a acumulação dos vetos

sem serem votados – alertou.

Além desses 15 novos vetos, o Congresso precisará apreciar cerca de 900 outros que ainda estão pendentes de deliberação. Dezenove itens da lista, que inclui matérias vetadas desde 1995, foram arquivados na sessão de ontem por já terem perdido a validade.

Emenda 3

Entre as matérias votadas na sessão do Congresso, há o veto integral a projeto do Senado (PLS 307/95) que transferia do Ministério do Trabalho para a Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj) a atribuição de realizar o registro indispensável ao exercício da profissão. O presidente Lula considerou o

projeto inconstitucional por entender que a delegação dessa atribuição à Fenaj poderia configurar instrumento de coerção para obrigar os jornalistas a se filiarem à entidade sindical.

Entre os itens pendentes de deliberação, há vetos mais polêmicos, como o que atingiu a Emenda 3 do projeto de criação da Super-Receita. A emenda vetada proibia os auditores do órgão de intervirem quando considerassem a contratação de profissionais como pessoas jurídicas uma manobra das empresas para encobrir relações de trabalho. Pela emenda, só a Justiça poderia determinar, nesses casos, a existência ou não de vínculo trabalhista.



Os vetos deliberados pelo Congresso fazem parte de 19 projetos, entre eles o que transfere do Ministério do Trabalho para a Fenaj o registro profissional de jornalistas

Mais 15 itens rejeitados por Lula chegam ao Legislativo

Durante a sessão de ontem do Congresso Nacional, o presidente Garibaldi Alves fez a leitura de 15 novos vetos encaminhados ao Poder Legislativo pelo presidente Lula. Coincidentemente, na mesma sessão foi iniciada a análise

dos 996 vetos presidenciais a proposições aprovadas pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal. Garibaldi designou comissões mistas para examiná-los. Os colegiados terão prazo até 16 de abril para a apresentação

dos relatórios.

Na lista que foi lida ontem pelo presidente do Congresso, há o veto total ao projeto de lei do Senado que regulamenta o exercício da arquitetura e do urbanismo (PLS 347/03). Faz parte

também uma série de vetos parciais, entre eles o referente a dispositivo do projeto (PLS 146/96) que regula o regime tributário, cambial e administrativo das zonas de processamento de exportação (ZPEs).

Eliseu Resende sugere presença da ministra Dilma Rousseff na CI para explicar falta de recursos da ANP



José Cruz

Azeredo (ao centro) comandou reunião da CI que ouviu presidente da ANP (de terno cinza)

País investe pouco em pesquisa de petróleo, afirma Haroldo Lima

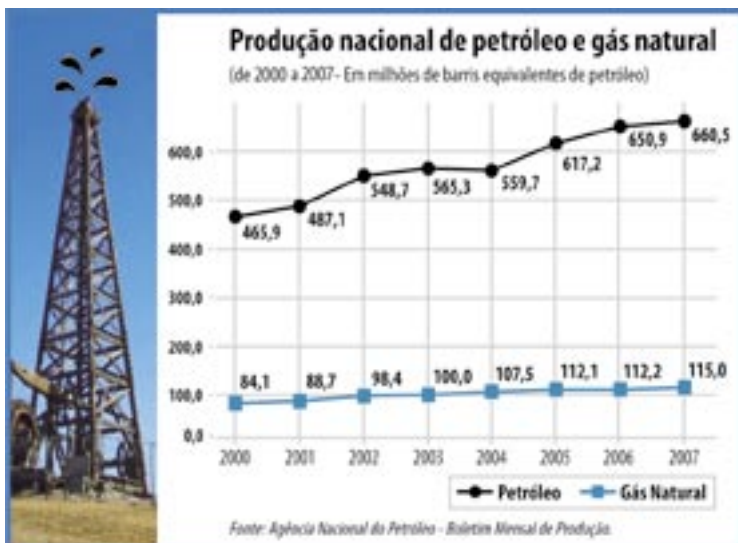
O diretor-geral da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), Haroldo Lima, reconheceu na Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) que o país investe muito pouco em estudos para pesquisa e identificação de novas reservas de petróleo e gás natural. Segundo informou, a ANP gasta por ano entre R\$ 200 milhões e R\$ 250 milhões, enquanto o necessário, conforme observou, seriam R\$ 2 bilhões. E para chegarem aos cofres da ANP, disse, os recursos têm que estar previstos no Orçamento da União.

O senador Eliseu Resende (DEM-MG) classificou o fato de “pecado mortal”. E propôs que a ministra-chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, esclareça à CI a falta de recursos da ANP. O senador Heráclito Fortes (DEM-PI) defendeu a autonomia financeira e administrativa das agências reguladoras. Para ele, a escassez de recursos das agências não faz sen-

tido, especialmente com relação à ANP, que tem por meta descobrir novas jazidas de petróleo e gás.

Haroldo Lima revelou ainda que o Brasil possui uma grande área sedimentar com alta probabilidade de existência de petróleo e gás, que pode atingir até 6 milhões de quilômetros quadrados. Mas, para que haja certeza, são necessários recursos para estudá-las. Ele disse que apenas 8% do total do território nacional está mapeado.

O diretor da ANP também pediu a aprovação de uma nova lei ambiental que dê maior agilidade às licitações no setor, para que os investimentos em prospecção e produção de petróleo e gás natural sejam feitos o mais rápido possível, nos moldes do que ocorre nos Estados Unidos. Lá, afirmou, no meio de uma plantação de arroz, por exemplo, é permitido que o cavalo-de-pau – instrumento usado na prospecção de petróleo – retire petróleo das profundezas sem prejudicar o meio ambiente.



Serys: BNDES é pioneiro em cláusulas sociais

A inclusão de cláusulas sociais nos contratos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) desde 15 de fevereiro foi elogiada pela senadora Serys Slhessarenko (PT-MT). A instituição, disse, é pioneira ao exigir que empresas financiadas não se envolvam com trabalho infantil e escravo além de segregação racial e de gênero. Caso o BNDES constate desrespeito a essas cláusulas, o contrato pode ser suspenso. Para ela, o exemplo deve ser seguido por todos os bancos públicos.



Gemilto Magela

Senadora entende que Banco do Brasil e Caixa devem aderir a cláusulas sociais

Sibá quer Senado em fórum mundial de águas em 2009

Em comemoração ao Dia Mundial da Água, o senador Sibá Machado (PT-AC) informou ter pedido à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) a criação de uma subcomissão para que o Senado participe do 5º Fórum Mundial de Águas, a se realizar na Turquia em 2009. A subcomissão também deve participar do Fórum das Águas das Américas, em Foz do Iguaçu (PR), no fim do ano. Sibá chamou atenção para a importância estratégica da água doce.



Gemilto Magela

Para Sibá, com 12% da água doce do mundo, Brasil tem papel de destaque

Especialistas defendem legislação própria para clonagem de animais

Em audiência pública na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), representantes de entidades científicas e de criadores de gado defenderam a regulamentação da pesquisa e da produção de clones de animais no país.

O objetivo do debate, sugerido pelo senador João Tenório (PSDB-AL), foi instruir o projeto da senadora Kátia Abreu (DEM-TO) sobre pesquisa, produção, comercialização, importação e liberação ao ambiente de clones de animais (PLS 73/07).

João Tenório, relator da proposta na CCT, afirmou que o Brasil está na vanguarda da pesquisa em clonagem de animais e, por isso, o projeto pode garantir a propriedade intelectual aos pesquisadores.

Os senadores Wellington Salgado (PMDB-MG), Sérgio Zambiasi (PDT-RS) e Augusto Botelho (PT-RR) também destacaram a importância da proposta de regulamentação da clonagem.

O professor da Universidade de São Paulo (USP) Flávio Meirelles destacou que o objetivo da clonagem é o melhoramento genético dos animais. Até o momento, disse, ninguém consome carne de animal clonado porque os custos ainda são muito altos.

O superintendente técnico da Associação Brasileira dos Criadores de Zebu, Luiz Antônio Josankian, afirmou que a regulamentação da pesquisa é importante porque criará um ambiente legal para os estudos que são feitos hoje sem reconhecimento oficial. O representante da Associação Brasileira de Santa Inês de Alagoas Joselito Araújo Barbosa, especialista em clonagem de ovinos, entende que, com esse passo, será possível melhorar a produtividade.

Para o pesquisador de Recursos Genéticos e Biotecnologia da Embrapa Rodolfo Rumpf, uma lei é importante para assegurar status legal à pesquisa brasileira no âmbito internacional.



José Cruz

Debate na CCT mostrou importância da regulamentação de pesquisa com clones de animais

Ministério da Agricultura vai registrar e fiscalizar as instituições

O projeto da senadora Kátia Abreu (DEM-TO), que regula as atividades de pesquisa, produção, importação, liberação ao meio ambiente e comercialização de clones de mamíferos, peixes, anfíbios, répteis e aves, determina que caberão ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento o registro e a fiscalização de instituições que produzam clones para a pecuária.

Pela proposta (PLS 73/07), após o recebimento da documentação, o órgão terá 30 dias para efetuar o registro. No caso de pesquisas com clones de animais para a produção de fármacos, o projeto determina a obrigatoriedade de autorização pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).

Já para a clonagem de mamífe-

ros geneticamente modificados, Kátia Abreu sugere que a autorização da pesquisa, comercialização ou importação seja feita pela Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio). E, quando se tratar de animais silvestres, o registro e a fiscalização da atividade estarão a cargo do Ibama.

Kátia Abreu argumenta que a clonagem animal já é realizada no país, sendo urgente, portanto, a regulamentação da atividade.

O projeto também prevê punição para o não-cumprimento das regras, como pena de até dois anos de prisão para responsáveis pela clonagem sem o registro no órgão competente e de até quatro anos para a liberação, no meio ambiente, de animais clonados sem a devida autorização.

Aumenta contestação à hegemonia das potências, afirma especialista

“Na era da globalização, a paz está vinculada à soberania nacional e ao desenvolvimento e à autodeterminação dos povos.” A afirmação foi feita ontem pelo diretor do Centro Brasileiro de Solidariedade aos Povos e Luta pela Paz (Cebrapaz) Rubens Diniz. Ele foi debatedor em audiência pública na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), sobre “a luta pela paz e defesa da soberania das nações”.

Rubens Diniz observou que, hoje, a guerra só interessa às grandes potências como forma de manutenção do *status quo* perante as nações em desenvolvimento.

– Mas esse ‘hegemonismo’ das grandes potências vem sendo cada vez mais contestado, como forma de manter-se no centro do poder e fazer saqueio dos recursos estratégicos e naturais dos países em desenvolvimento – afirmou.

O especialista lembrou que somente o conflito no Iraque, que já dura cinco anos, matou 4 mil soldados americanos e mais de 1

milhão de civis entre os habitantes daquela região.

– Isso é um genocídio – acusou.

Colômbia

A respeito do conflito entre Colômbia e Equador – gerado após a morte de guerrilheiros das Farc pelo exército colombiano em solo equatoriano –, Rubens Diniz disse que é necessária uma solução política para a questão.

– A Cebrapaz acredita que esse conflito impõe a necessidade urgente de que se constitua um conselho de defesa sul-americano, como propõe o governo brasileiro, e que haja o fortalecimento do Mercosul, numa luta contra as agressões e as guerras.

Na opinião do senador Inácio Arruda (PCdoB-CE), que presidiu a reunião, a busca pela paz é uma obrigação de todos.

– A paz no mundo depende de ações firmes e sóbrias dos governantes. É a busca da união dos povos, para que possamos ter a esperança realmente viva na busca pela paz – frisou o senador.



Eduardo Suplicy em conversa com Rubens Diniz durante a audiência pública na CDH

Comissão do Senado vai participar em Caracas da Conferência pela Paz

Uma comissão de senadores vai participar da Conferência Mundial pela Paz, a ser realizada em Caracas, entre os dias 8 e 13 de abril, conforme requerimento aprovado ontem pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, por iniciativa de Inácio Arruda (PCdoB-CE).

O senador lembrou que o envio de uma representação de senadores, incluindo membros da CDH, será muito importante não só para o Brasil, mas também para o Mercosul.

– Já apresentei requerimento também à Mesa do Parlamento do Mercosul para que vote, na reunião da próxima semana, o envio de representantes à conferência – anunciou Inácio Arruda.

A presença do Senado no encontro em Caracas foi defendida tam-

bém por José Nery (PSOL-PA), Serys Shhessarenko (PT-MT) e Arthur Virgílio (PSDB-AM).

Para o diretor do Centro Brasileiro de Solidariedade aos Povos e Luta pela Paz, Rubens Diniz, “a participação do Senado produzirá reflexos importantes, entre os quais o apoio para que o Mercosul possa ampliar-se e ganhar novo formato”. Ele disse que a paz no continente passa pelo processo de integração.

O evento é organizado pelo Conselho Mundial da Paz, e este ano será voltado para quatro grandes eixos de debate: “A Militarização das Relações Internacionais”, “Estratégias dos Povos na Luta pela Paz”, “A Luta pela Paz em Defesa dos Direitos” e “A Luta pelo Desenvolvimento e a Luta Antiimperialista”.



Jayme Campos: empresário rural está sendo tratado “na ponta do coturno”

Jayme condena tratamento dado a pecuaristas

Criticando mais uma vez a política de manejo florestal estabelecida no Decreto 6.321/07, que gerou severas punições a 36 municípios da Amazônia, o senador Jayme Campos (DEM-MT) afirmou ontem que o governo do presidente Lula começa a tratar os empresários rurais “na ponta do coturno e na mira do fuzil”.

O parlamentar salientou que, aos poucos, madeiros, lavradores e pecuaristas estão se tornando vilões e algozes da natureza na ótica dos “ecólogos profissionais”

Mão Santa alerta para risco à ZPE de Parnaíba

Mão Santa (PMDB-PI) alertou ontem para o risco de invalidação, por esgotamento de prazo, do ato de criação da Zona de Processamento de Exportação (ZPE) de Parnaíba (PI), autorizado em outubro de 1994.

O senador disse que a invalidação da autorização daquela ZPE e de várias outras no país pode ocorrer em julho deste ano, em razão da Lei 11.508/07, que estabeleceu prazo de 12 meses para início das obras de implantação do empreendimento.



Mão Santa lembra que prazo de implantação se esgota em julho

Comissão de Relações Exteriores aprova indicação de Virgílio Moretzsohn para embaixador em país africano



Moretzsohn (E), Mendonça, Heráclito e Magalhães na Comissão de Relações Exteriores

Empresas brasileiras vão investir em Marrocos US\$ 1,3 bi

Duas empresas brasileiras deverão promover investimentos superiores a US\$ 1,3 bilhão em Marrocos, nas áreas de fertilizantes e exploração mineral. O anúncio foi feito por Virgílio Moretzsohn de Andrade, cuja indicação para o cargo de embaixador naquele país recebeu ontem parecer favorável da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE).

A Petrobras, de acordo com o diplomata, deverá investir cerca de US\$ 1 bilhão na exploração, em Marrocos, de xisto betuminoso – um tipo de rocha sedimentar de onde se pode extrair óleo. Por sua vez, a Bunge Fertilizantes investirá US\$ 300 milhões na construção de uma usina de beneficiamento de fosfato na região de Jorg Lafar.

Segundo o relator da mensagem presidencial de indicação, senador João Tenório (PSDB-AL), o investimento será importante por

causa da “evidente escassez” de fertilizantes em todo o mundo.

A comissão aprovou também as mensagens de indicação de Luiz Felipe Mendonça Filho para embaixador em El Salvador e de Carlos Alberto Simas Magalhães para embaixador na Polônia. As três mensagens vão ao Plenário.

Movimento armado

A CRE acolheu ainda requerimento de convite ao ministro da Defesa, Nelson Jobim, para participar de audiência pública sobre a atuação em Rondônia de uma suposta organização radical de guerrilheiros armados, de extrema esquerda, denominada Liga dos Camponeses Pobres, segundo reportagem da revista *IstoÉ*. O requerimento foi apresentado por Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE). A pedido de Pedro Simon (PMDB-RS), o ministro deverá falar também a respeito de suas viagens a diversos países da América do Sul.



O senador Inácio Arruda (PCdoB-CE) – à esq. – recebeu ontem visita de Kim Thae Jong, chefe da delegação do Partido do Trabalho da Coreia do Norte, que estava acompanhado

do embaixador norte-coreano no Brasil, Pak Hyok, e de assessores da representação diplomática. O encontro teve por objetivo o estreitamento dos laços entre os partidos comunistas dos dois países.

Mozarildo quer ouvir Temporão sobre medidas contra a dengue

O senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) defendeu ontem a convocação do ministro da Saúde, José Gomes Temporão, para esclarecer, no Senado, as providências que vêm sendo adotadas para o combate à dengue. Ele exibiu dados do Ministério da Saúde que apontam o aumento dos casos em todas as regiões do país no período de 2004 aos três primeiros meses de 2007.

– Como médico, estou estarrecido com a desfaçatez das autoridades, como se o povo não tivesse direito a informações – disse Mozarildo, lembrando que a saúde é direito de todos e dever do Estado.

De acordo com o senador, in-



Geraldo Magela

Dados do Ministério da Saúde mostram aumento dos casos no país, diz Mozarildo

forme epidemiológico do ministério aponta que na região Norte foram notificados 32 mil casos de dengue em 2004; 43 mil, em 2005; 33 mil, em 2006; e 50 mil casos em 2007.



Geraldo Magela

Valter Pereira oferece sugestões de seu estado para combater a dengue

Valter Pereira diz como o Rio pode enfrentar doença

Em 2007, Mato Grosso do Sul foi o recordista em casos de dengue: 70 mil casos, sendo 45 mil só em Campo Grande. Entre as vítimas, estava o sena-

dor Valter Pereira (PMDB-MS), que enviou às autoridades do estado e da cidade do Rio de Janeiro sugestões de medidas que reverteram o quadro da doença em Mato Grosso do Sul.

No município de Três Lagoas, o senador disse que foram usados a placa Mosquitrap – um produto orgânico para matar larvas (biolarvicida) criado pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) para a captura do mosquito transmissor – e o tradicional inseticida “fumacê”.

O senador afirmou que em 2007 houve 3,5 mil vítimas, mas em 2008 somente seis casos. A política de combate à dengue não teve “jogo de empurra” e contou com a cooperação dos governos estadual e federal.

Conforme representante da Polícia Federal, legislação atual não pune pessoas que armazenem fotos de sexo envolvendo crianças e adolescentes, mas apenas quem as transfira a terceiros

Falta de regras dificulta combate à pedofilia, diz delegado da PF

A falta de uma legislação que regulamente o serviço de internet no Brasil é um dos principais obstáculos à repressão da pedofilia, afirmou ontem Carlos Eduardo Sobral, delegado da Unidade de Repressão a Crimes Cibernéticos da Polícia Federal, à Comissão Parlamentar de Inquérito da Pedofilia. Para reverter a situação, o presidente do colegiado, senador Magno Malta (PR-ES), manifestou a disposição da CPI de apresentar um “pacote antipedofilia” ainda no curso dos trabalhos.

Carlos Sobral apresentou dados da Operação Carrossel, realizada em 2007 pela Polícia Federal (PF), para identificar pedófilos que divulgavam, pela rede, imagens no Brasil e em outros 78 países. Conforme disse, em apenas uma semana de investigações foram identificados 3 mil usuários fornecendo material pedófilo,

sendo 224 no Brasil. No entanto, ressaltou, apenas 104 puderam ser identificados, devido à falta de leis que obriguem as operadoras a manterem registros dos usuários e a fornecerem os dados solicitados pelas autoridades policiais.

De acordo com o delegado, é urgente que seja aprovada uma legislação que regulamente as responsabilidades dos provedores, estabeleça a forma de acesso aos dados dos usuários e tipifique como crime o armazenamento de material pedófilo. Sobral explicou que é crime a divulgação e venda desse tipo de conteúdo, mas não a posse de imagens pornográficas envolvendo crianças.

– Se encontrarmos 5 mil imagens de pedofilia em um computador e se não houver registro de que o material foi transferido a terceiros, isso não é crime, de acordo com a legislação atual.

Em resposta ao senador Romeu Tuma (PTB-SP), Carlos Sobral esclareceu que não basta a identificação de quem divulga imagens pornográficas, mas é essencial conhecer o endereço IP do computador, que permite a conexão à internet, para que seja possível localizá-lo.

Cooperação internacional

Carlos Sobral destacou ainda que medidas a serem adotadas devem estar articuladas com as legislações de outros países. O delegado também relatou dificuldades da PF para ter acesso a usuários do Orkut, rede de relacionamentos ligada ao Google e que lidera as denúncias de pedofilia na internet. A empresa entende que, por ser americana, não deve se submeter às leis brasileiras e não autoriza a interceptação de comunicação suspeita de pedofilia.



Márcia Kallume

Felipe Tavares Seixas (E) e Carlos Eduardo Sobral ouvem Magno Malta, presidente da CPI, e Demostenes Torres, relator da comissão

Flexa Ribeiro culpa presidente Lula e ministro da Saúde pela epidemia

Flexa Ribeiro (PSDB-PA) acusou o presidente Lula e o ministro da Saúde, José Gomes Temporão de não terem tomado providências que impedissem a epidemia de dengue no Rio de Janeiro. Para o senador, os dois tentam encobrir a incompetência do governo ao atribuir ao prefeito do Rio, César Maia (DEM), a responsabilidade pelo aumento dos casos da doença.

– O Lula é o presidente da dengue e o Temporão é o ministro da dengue, mas, assim como em 2002 culpamos o ministro José Serra pela doença, agora querem transferir a sua própria culpa a um adversário partidário – afirmou.

O senador leu artigo do jorna-



Geraldo Magela

Flexa Ribeiro: Lula é o presidente da dengue e tenta cobrir incompetência

lista Josias de Souza que acusa Lula de politizar um tema técnico. Segundo o repórter, os casos de dengue nos seis primeiros anos do governo Lula já superam os dos oito anos de Fernando Henrique.

Projeto facilitará a prisão de condenado em outro país

O senador Demostenes Torres (DEM-GO) apresentará à CPI da Pedofilia projeto determinando a prisão temporária de pedófilo já condenado em outro país. Conforme explicou, a proposta se enquadra na chamada Difusão Vermelha – lista de criminosos procurados pela Interpol. O país já conta com legislação para extraditar foragidos, mas não dispõe de regra para prisão preventiva dos procurados.

– O Brasil está se tornando um paraíso de pedófilos de outros países, pois, mesmo quando localizados aqui, não podem ser presos e acabam fugindo – disse. Segundo o senador, o projeto não permitirá medidas cautelares para soltura, possibilitando aos órgãos

competentes o tempo necessário para adoção dos procedimentos visando à extradição do procurado.

Demostenes esclareceu ainda que a proposta será apresentada como projeto de comissão, que tem prioridade de tramitação. Ele também relatou entendimento com o presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), Marco Maciel (DEM-PE), para que o texto seja incluído na pauta do colegiado logo após sua apresentação.

De acordo com o presidente da CPI da Pedofilia, Magno Malta, a decisão de oferecer a proposta é fruto de parceria entre a comissão de inquérito e a Polícia Federal. O parlamentar relatou encontro

mantido na última quarta-feira com o diretor-geral da PF, Luiz Fernando Corrêa, no qual os senadores receberam subsídios para elaboração do projeto. Destacou ainda a importância da reunião realizada ontem com o delegado Carlos Sobral e os peritos Leonardo Melo e Hélvio Peixoto.

Na audiência com representantes da Polícia Federal, Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) defendeu maior integração entre órgãos policiais e judiciais dos países do Mercosul no combate à pedofilia. E solicitou que a Polícia Federal forneça subsídios para que a representação brasileira no bloco possa propor medidas práticas de cooperação entre os países.